

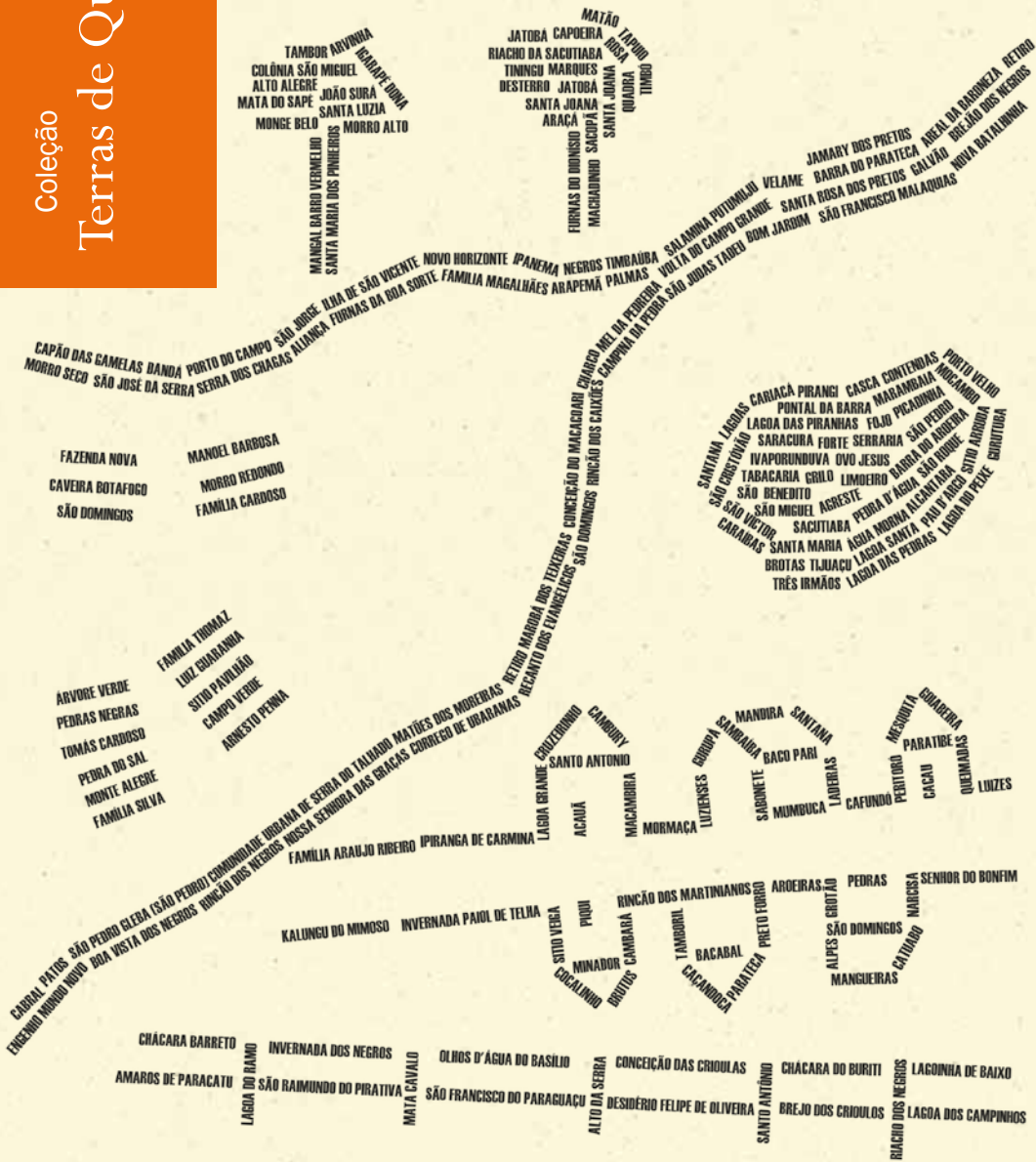


Coleção

# Terras de Quilombos

Sergipe

# Comunidade Quilombola Luziense



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

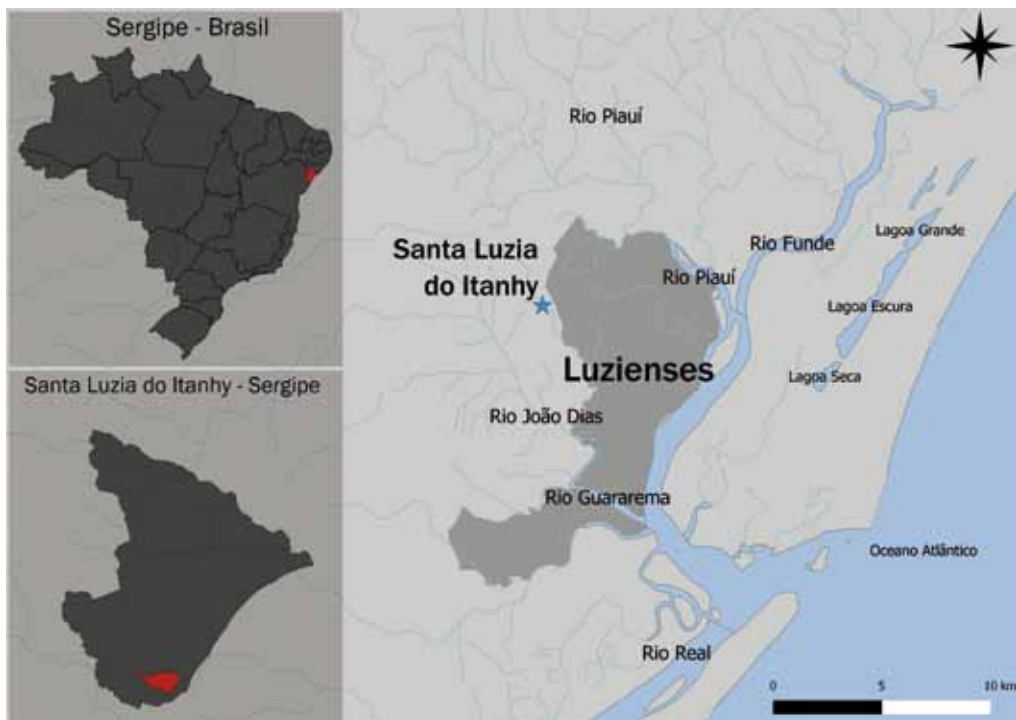
A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Luziense

No estado de Sergipe existem 27 comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Cultural Palmares. **Dentre essas, a Comunidade Remanescente de Quilombos do Território Luziense chama atenção pelo tamanho da sua população: abrange 855 famílias, em maioria de lavradores, marisqueiras e pescadores, que mantêm forte vínculo com o território onde habitam há mais de 150 anos.**

O quilombo se formou em uma região de antigas fazendas ligadas aos engenhos canavieiros dos séculos 18 e 19 e às usinas que prevaleceram até a segunda metade do século 20, no município Santa Luzia do Itanhy.





Vista do Território Quilombola Luziense, abundante em rios, mangues e coqueirais (Marcon e Bomfim, 2008)

Santa Luzia do Itanhy é a povoação colonial mais antiga de Sergipe, localizada na região litoral sul-sudeste do estado, a cerca de 86 quilômetros de Aracaju e próximo à divisa com a Bahia. Num estado cinquenta por cento [50%] semiárido, a região se destaca pela abundância de água. **O território luziense é abundante em rios, mangues e marés que fazem parte do estuário do Rio Piauí.** O quilombo tem seu início a poucos quilômetros da sede de Santa Luzia do Itanhy e está distribuído em sete povoados: Bode, Pedra D'Água, Taboa, Cajazeiras, Rua da Palha, Pedra Furada, e Crasto. Essas localidades distanciam cerca de 2 a 7 quilômetros entre si, e conformam uma área de 8.457,8741 hectares, que corresponde a 1/4 (25,67%) da área total do município.

## História da região

A povoação que originou Santa Rita do Itanhy se formou quando as terras do atual Sergipe pertenciam à capitania hereditária da Bahia, e o Rio Real era explorado por franceses que extraíam pau-brasil. Em 1575, jesuítas portugueses chegaram para dominar a região e catequizar suas populações indígenas. Seu avanço foi impedido por outras investidas da colonização portuguesa que visavam a expansão das fazendas canavieiras de Pernambuco e Bahia e a ampliação da

criação de gado. A partir de 1594, a colonização foi reforçada pela cessão de terras aos participantes das expedições que expulsaram os jesuítas e exterminaram ou capturaram indígenas, surgindo várias sesmarias ao longo do Rio Real, do Rio Piauí e de seus afluentes. As terras foram inicialmente dedicadas à pecuária extensiva e à produção de mandioca.

No século 17 estabeleceram o primeiro grande engenho da então *Villa Real de Santa Luzia*, primeiro nome de Santa Luzia do Itanhy. Mas a cultura da cana-de-açúcar apenas assumiu grande importância na região a partir da segunda metade do século 18, período conhecido como renascimento da cultura canavieira no Nordeste do Brasil.

No começo do século 19 houve crescimento acelerado dos engenhos no estado e a concentração do maior número de escravizados até então, 1/3 da população de Sergipe. Esses trabalhadores foram explorados, sobretudo, para o cultivo da cana e a produção do açúcar. **Na segunda metade do século 19, Santa Luzia do Itanhy chegou a ter mais de 60 engenhos, além de lavouras e pecuária, baseados no trabalho de escravizados.**

Esse contexto originou as condições para a formação do território quilombola luziense: lugar de resistências e criatividade próprias de uma comunidade que reconhece a história da escravidão como história de seus ancestrais, e que luta pela reparação dessa e de outras injustiças históricas.

## A formação do território luziense

As fazendas dos antigos engenhos submetiam trabalhadores para a limpeza dos terrenos, o plantio, o corte, o carregamento da cana-de-açúcar, e para o trabalho de movimentação das máquinas do engenho propriamente. Ao redor do trabalho nas fazendas formavam-se povoações. **Dentre os povoados mais antigos do território luziense, Rua da Palha e Crasto, formaram-se nas terras da Fazenda Castelo um dos maiores engenhos da região,**

originado em meados do século 19. Cajazeiras e Taboas são situados em parte das antigas propriedades do Engenho Sagüim e do Engenho Priapú.

Até o final do século 19 os trabalhadores eram escravizados e, após a abolição, foram gradativamente substituídos pela chamada *mão-de-obra livre*. Muitos permaneceram trabalhando e habitando nas mesmas fazendas, sob um regime de exploração do seu trabalho muitas vezes semelhante ao da escravização. Grande parte dos moradores do território luziense são descendentes de antigos escravizados submetidos nos engenhos, ou de ex-escravizados em outras áreas que vieram trabalhar na região, ainda no século 19 ou já no 20.

O *tempo do cativo* e a continuidade da exploração após a abolição são marcantes na memória dos quilombolas, como mostram trechos de alguns depoimentos: “... [A] gente é sim descendente dos escravos, queira as pessoas ou não...” (Valdomira Sales dos Santos, moradora do Crasto). Deca, como é conhecido o Senhor José Rodrigues dos Santos (morador da Rua da Palha) observa:

... [A]ntigamente quem morava aqui eram os escravos... muitos foram embora, mas muitos ficou e formou família aqui... Acho que se olhar direitinho vai ver que a gente é parentes deles... Foi eles que trabalharam primeiro nesse engenho do Castelo.

A abolição da escravidão no Brasil, no final do século 19, levou à oferta de trabalhos remunerados ligados à cana-de-açúcar em Santa Luzia de Itanhý. Essa oportunidade atraiu migrantes, vindos principalmente do sertão de Sergipe, Bahia e Alagoas, e reuniu os antigos moradores das fazendas a esses trabalhadores chegados. Muitos



Sítio de família quilombola do Povoado Taboas (Marcon e Bomfim, 2008)

desses permaneceram e formaram famílias. As lavouras de coco e a pecuária foram intensificadas após a crise da cana-de-açúcar na década de 1960, e também foram muito importantes para o crescimento da comunidade quilombola.

O modo produtivo de grandes fazendas se sustenta pela concentração de terras entre poucos proprietários. Esse modelo perdurou ao longo da história da região, gerando terras improdutivas onde, ao mesmo tempo, habitam trabalhadores desprovidos de autonomia para cultivar e viver. Tradicionalmente a ocupação da terra pela maioria dos luzienses era feita por meio de concessões informais, muitas vezes verbais, determinadas pelos fazendeiros. Em geral, aos luzienses era permitido habitar pequenas áreas e cultivar sob o *regime de meia*: a prestação de metade da produção para o proprietário do terreno. Esse regime, bastante vantajoso para o fazendeiro, além de incluir a limpeza dos terrenos, algumas vezes exige que os quilombolas plantem pastos ou coqueiros após a colheita. Finalizado o ciclo da lavoura não se permite outro plantio.

Algumas famílias quilombolas conseguiram comprar pequenas áreas. Esses sítios comprados são mais comuns nos povoados Taboas e Cajazeiras. Na Rua da Palha e na Pedra Furada, as famílias quilombolas detêm algumas áreas, mas a maioria das propriedades não são de domínio quilombola.

Aqui ninguém tinha terreno próprio, estes terrenos dessa parte era da família Pereira, os velhos morreram ficou sendo espólios da família, a quem eles queriam dava assim uma área pra plantar e pagar o aforamento da terra. O mesmo acontecia com a fazenda, as pessoas ocupavam alguns metros de terra, faziam suas casinhas, agora pagavam um pequeno aluguel do ano, chamava aforamento... (D. Carminha, Maria do Carmo Santos Oliveira, Povoado Crasto, 2008).

A maior parte dos quilombolas luzienses não são detentores das terras onde habitam, mas *moradores agregados* que vivem em pequenas posses com dimensão de *1 a 2 tarefas* ou apenas o *chão de casa*, tendo como única benfeitoria a moradia. Essas áreas representam cerca de sete por cento [7 %] do território luziense, e geralmente estão *apertadas* entre mangues e brejos. Por isso proporcionam

apenas pequenos roçados que mal atendem o consumo familiar. O restante das terras está concentrado entre pequenos, médios e grandes fazendeiros não quilombolas.

A partir da segunda metade do século 20, esses fazendeiros transformaram significativamente o território. Sendo em grande medida novos proprietários, herdeiros dos antigos donos ou compradores de áreas herdadas, passaram a restringir o acesso da comunidade para moradia e cultivo, além de prejudicar a circulação das pessoas com o cercamento das fazendas e a interdição de vias tradicionais, prejudicando o trânsito pelos lugares. As vias de acesso aos pontos de pesca e cata de crustáceos e mariscos atualmente estão localizadas dentro de propriedades de novos fazendeiros e outros donos de terras que não moram nas localidades. Dessa forma, hoje os luzienses precisam ultrapassar cancelas e porteiros para percorrer caminhos antigos, usados para interligar os povoados. Antes dessa reconfiguração com novas monoculturas e a especulação fundiária, o trânsito das pessoas era livre, pelas trilhas de terra ou pelas águas.

O caso mais extremo é o do Povoado Crasto, formado a partir do Engenho Castelo cujas terras foram vendidas quando decaiu a produção do açúcar. Os novos proprietários investiram na extração de madeira do mangue, na criação de gado e na monocultura extensiva de coco. **O povoado ficou completamente cercado pelos coqueirais de uma das maiores propriedades do estado de Sergipe, uma fazenda de uma grande empresa agro industrial. O novo proprietário não permitiu a fixação de moradias de trabalhadores na fazenda, e as casas passaram a ser construídas em direção a maré, formando o aglomerado conforme é atualmente.** Os quilombolas do Crasto não contam com nenhuma área para cultivo agrícola porque moram apertados entre essa grande fazenda e o Rio Piauí, onde desenvolvem a pesca como meio de vida. Toda a fazenda, inclusive parte do rio, está cercada, impossibilitando o acesso da comunidade.

**Práticas de bem viver quilombolas envolvem a movimentação pelo território tradicional e o acesso desimpedido à mata, ao mangue e à maré, para pescar e catar mariscos,**



para extrair frutos e cultivar alimentos diversificados conforme a vocação da comunidade. São experiências de vida ancestrais prejudicadas pelas restrições impostas pelos novos fazendeiros.

Seu José Bonifácio, mais conhecido como Bebel, habitante do Crasto, comenta do sofrimento com a falta de terra para moradia e sustento das famílias:

... Rapaz você vê aí as família aumentando... pra onde vai crescer as casas? O povo se casa e num tem onde fazer uma casinha... Ai fica ai... Muita gente passa assim, avista os pescadores tudo parado, ai diz: - rapaz aquele povo do Crasto é tudo preguiçosos né!... Vê o povo debaixo daqueles pé de pau... Mas não é preguiçoso, eles tem trabalho, e quando eles tão debaixo do pé de pau, é que eles tão esperando a maré, que a maré der pra ele trabalhar... Então, ele não tem uma roça para plantar um aipim, uma batata, inhame... ele não tem nada para criar seu porco, sua galinha... Ele não tem nada disso, então, ele tem que esperar pela pesca mesmo né? Só que hoje a pesca mudou. Antigamente, iam pescar, e naquele tempo a pescaria era boa, boa mesmo, era de pegar barrote de dois, três mil quilos de Bagre... Quer dizer que acabou aquilo... cresceu a comunidade e diminuiu o peixe. Você veja quantas canoas tem aqui, tem muita canoa, e tudo vive da pesca.

## Luziense quilombola

Essas graves privações sofridas pelos luzienses acabaram fortalecendo sua percepção de serem quilombolas, em permanente resistência e luta por melhores condições de vida a partir da reparação de uma injustiça histórica. Essa percepção levou à reivindicação do seu reconhecimento como Comunidade Quilombola do Território Luziense junto a Fundação Cultural Palmares, em 2005. O processo de autorreconhecimento teve como declarante a Associação dos Agricultores, Pescadores e Marisqueiros do Crasto e Adjacências, que encaminhou a documentação, resultando na assinatura da Certidão de Auto-Reconhecimento da Comunidade Luziense como comunidades

remanescentes dos quilombos em 12 de julho de 2005 e na sua publicação no Diário Oficial da União, em 19 de agosto de 2005.

Quando da realização do I Encontro Estadual de Comunidades Negras Rurais de Santa Luzia do Itanhy/SE, que aconteceu em 26 e 27 de outubro de 2005, decidiram pelo encaminhamento ao INCRA/SE de um requerimento assinado pela 'Coordenação Quilombola Território Luziense' solicitando a regularização do seu território. A Prefeitura Municipal de Santa Luzia do Itanhy foi parceira nesse processo, colaborando para a formalização da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos do Território Luziense (ACREQTLU), em 25 de setembro de 2006.

## Parentesco, Moradia e Trabalho

As famílias quilombolas possuem ancestrais em comum que habitaram os diferentes povoados do quilombo, o que fortalece sua percepção de que *todos são parentes* na comunidade. Esse parentesco abrangente se constituiu a partir de diferentes troncos familiares distribuídos entre os povoados que foram se ligando por casamentos e compadrios.

As famílias mais antigas do quilombo habitam o território há mais de um século, como a família de José Bispo da Costa, de 90 anos, cujo pai, Jerônimo Costa dos Santos, e seu avô, Marcos Costa, nasceram na comunidade em terra herdada de seu bisavô, Zé da Costa. Terras que são, portanto, *heranças do princípio do mundo*, como afirma Senhor José Bispo.

Os anciãos são bastante respeitados e costumam ser tratados como padrinhos e madrinhas, além de serem referências principais do saber sobre o território, sobre as tradições e a história da comunidade. Alguns dos troncos familiares mais lembrados são os de sobrenome Caetano (mais comuns em Cajazeiras e Taboa), Conceição (mais comuns nos povoados Crasto, Taboa e Rua da Palha), Costa (em Pedra D'água), Oliveira (no Crasto), Serafim (em Cajazeiras e Taboa), e Santos (na Pedra Furada e Rua da Palha, Crasto, Cajazeiras, Taboa).

A relação das famílias com a terra, com o *morar juntos no lugar* e com o trabalho compartilhado é fundamental para a identidade luziense. Do ponto de vista quilombola, o pertencimento à comunidade exige a participação nas atividades ligadas aos trabalhos tradicionais, à devoção religiosa e ao divertimento. Essas atividades produzem memórias e solidariedades mútuas que são muito valorizadas. Para além dos casamentos e nascimentos, uma relação de maior importância para a continuação da comunidade são os apadrinhamentos entre vizinhos nos povoados. Ser padrinho/madrinha ou afilhado/a produz uma aproximação de afeto e respeito entre as pessoas, fortalecendo seus vínculos. A consideração e o respeito mútuo nessa relação são as atitudes esperadas.

Os ofícios tradicionais - marcados pelo árduo trabalho nos engenhos e usinas de cana-de-açúcar; na cultura extensiva do coco e da mandioca; na fabricação e comércio da farinha; nas *roças apertadas* cultivadas para sustento da família; na pesca nos rios e na lida nos mangues e marés - tecem uma rede de solidariedades que produz um forte sentido de comunidade e identidade entre os quilombolas luzienses, bem como os diferencia de outros grupos e famílias habitantes de outras áreas na região.

## Ofícios, artes e festejos Luzienses

Toda região do Crasto, Pedra Furada e Rua da Palha, bem como do Bode, Cajazeiras e proximidades, tem na produção do coco uma atividade complementar para algumas famílias. Existem coqueirais tão antigos que são considerados como nativos, e ainda é encontrada uma produção em grande escala. **A relação que os luzienses estabeleceram com essas plantas ultrapassa a da produção econômica. As palhas do coqueiro ainda servem para fazer telhados das casas, alpendres, cestos e outros artefatos de pesca. Os quilombolas mais experientes conhecem nomes para todas as partes do coqueiro. Patis** é a parte que segura os cachos de coco quando acontece a florada e é também

o nome de uma localidade no Povoado Cajazeiras, demonstrando como o coqueiro, o coco e a força dessa cultura são referência para a comunidade.

A atividade pesqueira, para venda ou consumo, é também uma marca da comunidade luziense. Todos os sete povoados, alguns em áreas mais baixas, outros em áreas mais elevadas do relevo, ficam próximos a rios e mangues, margeando os estuários dos rios Indiaroba, Piauí e Pirassununga e as marés. A pesca de canoa ou barco é a mais comum. Os homens trabalham com a rede de arrasto, a tarrafa, a cambôa, a caceia e a lambuda. As mulheres limpam o pescado e se ocupam com a catação de aratu e mariscos. Por isso, se autodefinem como *marisqueiras*.



Família trabalhando na roça, entre coqueiros, Povoado Cajazeiras, 2008



Roça comunitária entre coqueiros, Povoado Cajazeiras, 2008



Mulheres reunidas para a chegada do pescado, Povoado Crasto, 2008



Corrida de Barcos na Festa do Pescador, Povoado Crasto, 2008



Casa de Farinha Comunitária, Povoado Cajazeiras



Casa de Farinha Comunitária, Povoado Pedra D'Água

Os catados de aratu e de siri são realizados em mangues afastados das moradias. Atualmente essa atividade provê uma das rendas mais lucrativas para as famílias em virtude da escassez de muitas espécies de peixe e do caranguejo que foi, durante décadas, a principal fonte de renda da comunidade. A extinção do caranguejo é atribuída à implantação de viveiros de camarão que usam *venenos* para limpeza dos criatórios e acabam contaminando as águas, alcançando os mangues.

**Prejudicados com a falta de terras para moradia e cultivo os luzienses persistem na pesca como importante alternativa, especialmente no Crasto onde a restrição é ainda maior.** Nesse povoado, ocorre todo último final de semana de setembro a Festa do Pescador, uma das maiores celebrações do território luziense na qual realizam uma bela corrida de barcos. Os barcos são o destaque da festa: suas cores, seus nomes, os *panos* (como chamam as velas) e outros adereços são enfeitados e muito apreciados. A celebração envolve todos os povoados do quilombo, além de outras localidades da região, e demonstra como a atividade pesqueira é, mais do que forma de sustento, um modo de vida valorizado.

As beiras de rios e riachos foram lugares muito frequentados para lavagem de roupas, tendo em vista que, por exemplo, até a década de 1980 no Povoado Rua da Palha não havia fornecimento de água encanada. Essa lavagem de roupas acontece ainda hoje, com menor frequência, mas continua sendo uma atividade que há décadas reúne as mulheres em um convívio trabalhoso e animado.

Outra importante atividade tradicional é a fabricação de farinha de mandioca, uma das principais fontes de renda e alimento ainda na atualidade. Em todos os povoados do quilombo existem casas de farinha comunitárias que foram conquistadas por associações de produtores locais. A exceção é o Povoado Crasto onde existiram muitas dessas casas até a década de 1960, mas foram extintas com a proibição do plantio de mandioca pelos novos fazendeiros que compraram a maior parte das terras da Usina Castelo.

A Festa do Senhor do Bonfim, em Cajazeiras, e as comemorações do São João e São Pedro, em todos os povoados, também revigoram a proximidade entre os luzienses, reforçando sua comunidade. Outra tradição importante é a devoção à Nossa Senhora da Conceição. É forte também a presença da religião evangélica que comunga atualmente parte expressiva da comunidade e faz com que as festas para os santos não sejam hoje tão frequentadas.

Em *outros tempos*, como relatou Seu Dário dos Santos (com 105 anos em 2008), as festas para os santos aconteciam com mais exuberância, reunindo sanfoneiros, reisados, samba de coco, e outras *brincadeiras* que ocorriam tanto nas ruas como nas casas das pessoas. A devoção religiosa afro-brasileira também já foi muito mais expressiva no quilombo quando havia alguns xangôs (como chamam essa religião de matriz africana e também as suas casas de culto) no território.

## Lugares e Encantados

No Povoado Rua da Palha existe um lugar conhecido como São Gonçalo onde a ruína de uma antiga igreja provoca fascínio, admiração e muitos mistérios. Os atuais luzienses, mesmo os mais idosos, dizem não ter alcançado *o tempo em que essa igreja foi ativa*, mas mantêm uma memória forte sobre o lugar, transmitida por seus ancestrais. Contavam que a igreja foi construída em honra a São Gonçalo, cuja imagem foi encontrada por pescadores, dentro do rio, em uma pedra que passou a ser chamada de Pedra de São Gonçalo. Essa

pedra pode ser observada na vazante da maré e é um lugar reverenciado pelos luzienses. Contam que quando os antigos encontraram a imagem, fizeram a igreja para guardar o santo, mas sempre que o colocavam, ele retornava para a pedra dentro do rio. A resistência do santo em *morar na igreja* era tanta que a última alternativa foi enviar sua imagem para o Vaticano onde acreditam que ainda hoje ela deva estar. A terra onde está a ruína da igreja é tratada pela comunidade como *terra do santo*.

Matas e mangues também são lugares de encantamento. Contam sobre uma chamada Pedra do Caboclo no Povoado Crasto. Os moradores conhecem esse lugar como *a pedra onde os indígenas amolavam suas flechas para caçar*. Na mesma área existem matas que, no conhecimento de alguns ex-caçadores, são grutas encantadas. Nessa região, existiu uma capela erguida em honra a Santa Cruz onde realizavam missas e novenas. Os devotos dos xangôs (religião de matriz africana) têm esse lugar como importante para rituais sagrados.

Na Rua da Palha, muitas narrativas contam experiências de encontro com encantados, Caboclo Zumbi, Caipora, Mula de Padre, Lobisomem, Fogo Corredor. Essas experiências também são narradas por quilombolas dos povoados de Bode, Cajazeiras, Crasto, Pedra D'Água, Pedra Furada e Taboas.

É em busca do bem viver nesse imenso território quilombola, tão rico em recursos naturais e significados, que a Comunidade Quilombola do Território Luziense segue sua luta pela titulação da terra para a melhora de suas vidas, com dignidade e reconhecimento.

Este texto foi construído por Fernanda de Oliveira, a partir do Relatório Antropológico do Território da Comunidade Quilombola Luziense (Santa Luzia de Itanhy, SE), elaborado por Frank Nilton Marcon (Doutor em Antropologia Social) e Wellington de Jesus Bomfim (Mestre em Antropologia Social), do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal de Sergipe, em 2009.

# Uma palavra da comunidade Luziense

Queremos destacar algumas pessoas importantes de nossa comunidade, como a dona Julia Isabel de São Pedro, rezadeira que se foi com mais de 100 anos e durante sua vida rezou por todos da comunidade, muitas crianças e, também, pessoas que vinham de longe para que ela rezasse. No outro dia as pessoas já estavam boas. Outra pessoa que queremos lembrar é de Dona Zabé, parteira da região toda, que trouxe muitas crianças ao mundo enquanto não tínhamos hospitais.

Nosso trabalho aqui tem sido difícil, pois a pesca de mariscos tem diminuído e a comunidade tem aumentado, e ainda não podemos trabalhar com malhas grandes para pescar. Antigamente trabalhávamos na agricultura, mas agora os fazendeiros não nos permitem fazer isto, e não nos deixam plantar. Vamos mantendo a vida com pequenas vendas e com a pesca. Temos uma escola que as crianças frequentam e vão de transporte público até lá, mas não temos acesso à saúde com qualidade, faltando sempre médicos e, às vezes, precisamos ir para outros municípios em busca de atendimento.



Nossa luta pela terra neste momento está parada. Os fazendeiros que deveriam ser retirados de nossas terras ainda permanecem por aqui, explorando as terras que são nossas, impedindo nosso trabalho e melhoria de vida. Nosso maior sonho é ter oportunidades de trabalho para toda a comunidade e pararmos de viver *de maré*. Temos muitas crianças crescendo na comunidade, Deus não vai deixar faltar, mas ainda assim precisamos ter melhores condições de vida para o futuro. Se as terras fossem livres, e tivéssemos nossos direitos, teríamos uma vida muito melhor.

Esta palavra sobre a comunidade de Luzienses foi construída com os relatos da senhora Maria Elza de Jesus, membra da comunidade, com a colaboração de Marilene Ribeiro.

# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

S586co Silva, Fernanda Cristina de Oliveira e  
Comunidade remanescente de quilombos do território Luziense / ,  
Fernanda Cristina de Oliveira e Silva. - Belo Horizonte : FAFICH, 2016.

16 p. (Terras de quilombos)

Baseado Relatório antropológico do território da comunidade Quilombola Luziense (Santa Luzia de Itanhy, SE), elaborado em 2009 por Frank Nilton Marcon e Wellington de Jesus Bomfim.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Marcon, Frank. Relatório Antropológico do Território da Comunidade Quilombola Luziense (Santa Luzia de Itanhy, SE). 4. Bomfim, Wellington de Jesus. Relatório Antropológico do Território da comunidade Quilombola Luziense (Santa Luzia de Itanhy, SE). I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e  
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e pre-concepções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS  
Centro de Estudos  
de Resistência e Memória

CEB - AL

Quilombolas

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL  
2003-2010